

EXTRA-CLASSE

Ações afirmativas: enfim o debate



Professor Quevedo questionou demora na implementação da reserva de vagas

O Seminário de Ações Afirmativas ocorrido no último dia 30 de maio, no prédio da Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sala Imembuy, possibilitou o aprofundamento do tema, com a presença de especialistas que pesquisaram o tema. É o caso do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Jocélio Santos Teles. Segundo ele, ainda hoje ocorre um mal-estar quando se tenta discutir a inclusão de negros e índios. Teles exemplificou que, quando se começou a discutir as cotas na UFBA, foi feito um calendário de debates no qual a comunidade praticamente não

comparecia. Entretanto, depois de aprovada a política de reserva de vagas (cotas) nos conselhos superiores, somente aí a discussão começou a fluir, mas ainda assim, pela internet. Foi neste momento que ficaram explicitadas as “tripas da universidade”, dramatiza. Conforme Teles, chegou a circular o e-mail de um docente em que se propunha a adoção de reserva de vagas para vegetarianos, travestis, entre outros grupos sociais.

Vencida a etapa da implementação da reserva de vagas, o professor baiano destacou através de gráficos os avanços dessa iniciativa. Jocélio Teles analisou que, em 2005, o número de alunos que vinham de escolas públicas para a universidade superou o daqueles oriundos das particulares. E, no que se refere ao percentual de negros e pardos cursando faculdades, se equivaleria proporcionalmente ao número desse segmento populacional naquele estado.

Aproveitando o seminário, também houve quem tenha se dedicado a proselitismos. O presidente da Comissão Permanente do Vestibular (COPERVES), professor Dario Trevisan, parabenizou o pró-reitor de Graduação, professor Jorge da Cunha, pela “coragem” de pôr em discussão na instituição as Ações Afirmativas. Segundo Trevisan, existem muitos aspectos positivos a serem

implementados e, destacou o Programa de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES) como forma de inclusão de alunos carentes à Universidade.

LIBERDADE- O professor do departamento de História, Julio Quevedo, que agora faz parte da Comissão Consultiva, no lugar do professor Carlos Pires, defendeu as propostas das Ações Afirmativas como uma questão distinta, em relação aos objetivos do PEIES. Ele questionou: “Por que estão dificultando a implantação (das cotas)? Para o PEIES não precisou toda essa discussão”, criticou.

O público participou intensamente durante o tempo estipulado para as manifestações. A professora Vera Lucia Valmerate, disse que ajudou na implantação do PEIES na Universidade, mas avalia que atualmente teria se formado uma indústria de cursinhos, inclusive para o Enem: “E não é nem por causa dos cursinhos e sim por aqueles que não podem pagar anos e anos de preparação”. Em rebote a esse posicionamento, o presidente da COPERVES, Dario Trevisan afirmou que “devemos considerar que vivemos em um país livre; abre cursinho quem quer; frequenta quem quer”.

A professora Maria Rita Py Dutra foi aplaudida ao expor que Santa Maria é uma cidade preconceituosa. “Em dia de passe livre não abre cinema, não abre shopping”, reclamou. Anderson Machado, representante do Diretório Central de Estudantes (DCE) verificou um etnocentrismo negativo em relação ao movimento negro. “Não podemos renegar o direito de termos educação gratuita e de qualidade”, exaltou.

Judiciário elitista

O seminário de Ações Afirmativas, na manhã do dia 30, trouxe autoridades de diferentes áreas para discutir a temática. Na mesa – “Ações afirmativas, Direitos Humanos e Ensino Superior”, a abordagem mais contundente foi a do juiz Luiz Carlos Lugon, do Tribunal Regional Federal da 4ª região, que se disse incomodado em fazer parte de uma “elite rica e branca” que atua na magistratura. “Somos ricos e brancos a julgar negros e pobres”, exclamou o integrante do judiciário, causando surpresa pela forma aguda como fez a crítica. Segundo ele, é preciso “reformular o modelo de país” existente atualmente.

Na palestra de abertura, a mesa foi composta pela professora Maria Beatriz Luce (UFRGS), que atua junto ao Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA). Sem entrar diretamente no tema de ações afirmativas (ou cotas), a educadora fez reflexões sobre o papel da universidade. Segundo ela, a sociedade questiona a competência da instituição e, por isso, diz Maria Beatriz, “está em nós provar que somos importantes para esta sociedade que nos sustenta através de recursos públicos”. Por essa linha, a professora defende que é necessário “reposicionar a universidade pública, reformar seus conteúdos” e, que, seria necessário também todos se perguntarem se, hoje, a “excelência acadêmica” realmente é acessível a todos.

Ainda nesta mesma mesa, o juiz do TRF da 4ª região, Roger Raupp Rios, fez um comparativo histórico entre as ações afirmativas nos Estados Unidos e as existentes no Brasil. Segundo o magistrado, usando conceito advindo do direito estadunidense, é preciso “combater as cidadanias de segunda classe”.

PARTICIPAÇÃO- Ao abrir o seminário desta quarta, a professora Jânia Maria Lopes Saldanha, do curso de Direito e mestrado em Integração Latino-Americana, ambos da UFSM, que é uma das coordenadoras da proposta com os critérios para a reserva de vagas na UFSM, lamentou a pouca participação da comunidade universitária no evento. Entretanto, segundo ela mesma, isso faz parte do processo democrático. O vice-reitor da UFSM, professor Felipe Muller, também dedicou um leve puxão de orelhas aos ausentes. Segundo ele, muitos integrantes dos conselhos superiores reclamam de que às vezes não estão bem informados das discussões na instituição, mas, que, o seminário é justamente o momento para que todos possam se informar. Müller enfatiza a importância da igualdade nas condições de acesso. E, segundo ele, a UFSM tem avançado muito nesse sentido, pois hoje, 63% dos estudantes que ingressam seriam oriundos de escolas públicas. Na Unipampa e Cesnors esse índice subiria para 80%, comemorou o vice-reitor.

Critérios na UFSM

Os critérios para a definição da reserva de vagas na UFSM, a partir de 2008, elaborados pelas professoras Jânia Lopes Saldanha e Deisy Ventura, a pedido da pró-reitoria de Graduação da UFSM, são:

- * Disponibilizar pelo período de 10 anos, 20% das vagas dos processos seletivos para candidatos oriundos das escolas públicas em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos pela Instituição (UFSM), suas extensões e Unipampa;
- * Disponibilizar 5% das vagas dos processos seletivos da UFSM e suas extensões, bem como da Unipampa para estudantes portadores de necessidades especiais em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos pela Instituição;
- * Disponibilizar no período de 10 anos, 10% das vagas nos processos seletivos da UFSM e de suas extensões, bem como da Unipampa, para estudantes afro-descendentes;
- * Disponibilizar anualmente vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação e cursos técnicos para serem disputadas exclusivamente por estudantes indígenas residentes no território nacional.

REINALDO PEDROSO

Navalha x canalha = $\pi + 2z + a$

reinaldo